

A POBREZA COMO ENGRENAGEM E CONSEQUÊNCIA FUNDAMENTAIS DO CAPITALISMO: O SER HUMANO PREDICADO E O CAPITAL SUJEITO

Érica Rios de Carvalho ¹

RESUMO

Este ensaio visa retomar alguns conceitos e discussões, debatendo o tema da pobreza e da questão social a partir do século XIX, à luz da Teoria Crítica e através de autores dos séculos XIX e XX. Reflete acerca do desenvolvimento do sistema de reprodução social do capital, seus imbricamentos e consequências de extrema relevância no tema, especialmente no que tange à inversão entre sujeito e predicado – o trabalhador reificado, submetido à dinâmica do capital, a política subordinada à economia, a sociedade dominada pelo mercado. Através de revisão bibliográfica e análise documental, discute o fenômeno da pobreza não somente como consequência do capitalismo, especialmente após as crises e redução do regime de bem-estar social, mas também como engrenagem fundamental à manutenção desse mesmo sistema, para a reprodução social do capital. A pobreza é, portanto, mais uma das contradições inerentes ao capitalismo, exacerbada pelo neoliberalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Pobreza. Desenvolvimento. Reificação. Capital. Desigualdade.

1 INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS E METODOLOGIA

Este ensaio, escrito no método-forma dialético da Escola de Frankfurt (ADORNO, 2003), não pretende apresentar soluções ou respostas. Visa apenas retomar alguns conceitos e discussões, debatendo o tema da pobreza e da questão social a partir do século XIX, à luz da Teoria Crítica e através de autores dos séculos XIX e XX como Tocqueville (2003), Marx e Engels (2001), Polanyi (1957), Simmel (1998) e Ivo (2008b, 2008c, 2012). Observa-se que o desenvolvimento do sistema de reprodução social do capital teve imbricamento e consequências de extrema relevância no tema, especialmente no que tange à inversão entre sujeito e predicado, como será visto adiante.

Desde a primeira revolução industrial e das primeiras crises e metamorfoses do capitalismo até as mais recentes, a mão-de-obra, sua reprodução e exploração estão no cerne do sistema. Dentro de sua lógica de competição por postos de trabalho, alienação/fetichismo e

¹ Professora de Direito da UCSal, mestra e doutoranda em Políticas Sociais e Cidadania (UCSal), bolsista FAPESB, co-coordenadora do Núcleo de Análises em Direitos Humanos e Alteridades (NADHA). Email: erica.carvalho@pro.ucs.br

produção de mais-valia, é fundamental que haja um desemprego estrutural, com um exército industrial de reserva². (MARX, 2013)

Esse excedente de trabalhadores é de suma importância para a manutenção e reprodução do capital, pois a competição por empregos permite ao capitalista pagar salários cada vez menores, mesmo tendo produção e lucros cada vez maiores. À massa de trabalhadores que brigam entre si por vagas, resta vender sua força laboral por qualquer valor que pague minimamente sua subsistência.

Por outro lado, o sistema também precisa que esses excedentes continuem vivos e disputando as vagas, pressionando os já empregados a aceitarem quase condições cada vez mais degradantes de trabalho.

Essa lógica deixa clara a necessidade de que o próprio sistema, de alguma maneira, garanta a reprodutibilidade social dos trabalhadores (MARX, 2013). Embora a eles não sejam garantidos todos os direitos humanos, nem a liberdade (ARENDT, 1961), sua existência é imprescindível para manter vivo o capitalismo.

A metodologia adotada para este ensaio passa pela noção dialética de contradição, opondo-se, aqui, a uma abordagem positivista. Daí a relevância de uma visão interdisciplinar sobre o tema da pobreza e da questão social como um todo. Assume-se que não existe neutralidade na ciência e direciona-se o olhar pela controvérsia, para tentar compreender a pluralidade em uma arena que está sempre em construção.

Estudos sobre a pobreza costumam tratá-la de forma factual, em um processo reificado. Toma-se a pobreza como dada, pressuposta; a desigualdade como consequência natural de um progresso que se assume ser em linha reta (evolutiva). Esse sonho, iluminista burguês, foi frustrado pela concentração extrema das riquezas e pela exclusão cada vez maior da classe trabalhadora.

Exemplificativamente: a OXFAM constatou que os oito homens mais ricos do mundo concentravam, sozinhos, a mesma riqueza que outros 3,6 bilhões de habitantes do planeta, que representam 50% da população mundial. Destaca-se o fato de, entre os oito, sete serem homens brancos, sendo seis estadunidenses, um espanhol e apenas um mexicano (lido como latino, não como branco)³. Além disso, a renda dos 10% mais pobres subiu menos de três

² Atualmente esse exército de reserva já não se limita somente ao setor industrial, sendo observado também nos serviços mais diversos. Mas a lógica permanece.

³ São eles: Bill Gates (EUA, cofundador da Microsoft - US\$75 bilhões), Amancio Ortega (Espanha, fundador da Inditex, da Zara - US\$ 67 bilhões), Warren Buffett (EUA, maior acionista da Berkshire Hathaway - US\$ 60,8 bilhões), Carlos Slim (México, dono do Grupo Carso - US\$ 50 bilhões), Jeff Bezos (EUA, fundador e principal executivo da Amazon - US\$ 45,2 bilhões), Mark Zuckerberg (EUA, cofundador e principal executivo do Facebook - US\$ 44,6 bilhões), Larry Ellison (EUA, cofundador e principal executivo da Oracle - US\$ 43,6

dólares por ano entre 1988 e 2011, enquanto a renda do 1% mais rico subiu 182 vezes. Nos próximos 20 anos, 500 pessoas deixarão mais de 2,1 trilhões de dólares a seus herdeiros – soma maior que o PIB da Índia, um país com cerca de 1,3 bilhão de habitantes. (OXFAM, 2017)

Segundo a própria OXFAM (Op. cit.) e outras pesquisas, como a do francês Thomas Piketty (2014), a tendência é a desigualdade continuar se aprofundando. Em 2018, nova pesquisa da OXFAM relatou que em 2017 houve o maior aumento de bilionários da história (um a cada dois dias). Os bilionários tiveram um crescimento de cerca de 762 bilhões de dólares nos doze meses do referido ano. Esse valor é sete vezes maior do que o necessário para acabar com a extrema pobreza no mundo. Enquanto os 50% mais pobres não tiveram nenhum enriquecimento em 2017, 82% de toda a riqueza produzida foi para o 1% do topo.

Nesse sentido, a revisão de alguns dos principais autores a tratarem da pobreza e da questão social e a reflexão à luz da Teoria Crítica farão emergir, neste trabalho, a correlação necessária e nuclear entre pobreza e manutenção do corrente sistema de reprodução do capital.

2 CONCEITOS E UTILIDADE DA POBREZA MODERNA/CONTEMPORÂNEA

Primeiro, é necessário esclarecer o que contém a dimensão social do Estado. À luz da Teoria Crítica, ele tem a função de garantir a acumulação do capital, proteger a propriedade privada e proteger/garantir direitos humanos. Como instância mediadora de interesses conflitantes, nunca é neutra. As contradições inerentes à luta de classes perpassam o Estado, na medida em que ele é composto e manejado pelos mesmos integrantes dessa sociedade cheia de conflitos, com todos os interesses econômicos de suas relações. Mas para tentar administrar a crise e manter mínimas condições de reprodução do capital e da vida, o Estado tem que assumir o papel de fornecer proteção social, o que se associa à noção de seguridade social e abarca obrigações.

Esse Estado Social se origina a partir das leis sociais do século XIX, principalmente em países como Inglaterra e França, (TOCQUEVILLE, 2003), e cresce com o fim da 2ª Guerra Mundial. Há correlação com as duas primeiras revoluções industriais e com a fragilidade em que se encontravam os trabalhadores e suas famílias após a destruição de muitas cidades europeias devido à referida guerra. Contribuíram para sua formação também a

bilhões) e Michael Bloomberg (EUA, cofundador da Bloomberg LP - US\$ 40 bilhões). Fonte: Revista Forbes, março de 2016. Também disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38635398>. Acesso em 18 jan. 2017.

eclosão da democracia de massas, a constituição dos Estados Nacionais e o acirramento dos antagonismos de classe. (PEREIRA, 2015)

Daí se observa que o Estado Social tem funções sociais e políticas, pois visa estabilizar, legitimar, trazer bem-estar e coesão social em momentos de convulsão em todas as esferas. Afinal o empobrecimento em massa dos trabalhadores livres a partir do século XIX na sociedade capitalista é um problema de interesse geral. Envolve não só a luta contra a exploração, como um processo autorreflexivo e crítico da sociedade. (IVO, 2015) O regime em tela é em si contraditório porque, por um lado, gera riqueza e progresso técnico, mas, por outro, gera a degradação das condições de vida e trabalho, expulsando a maior parte das pessoas do centro, que lucrava e gozava das benesses do sistema.

No passado, a pobreza era ligada à condição de servidão ou escravidão, ou seja, da falta de liberdade. Com as revoluções burguesas na Europa que se industrializava, os trabalhadores passam a ser livres, nesse sentido, mas agora presos à necessidade de vender sua força vital em troca de meios de sobrevivência. Então há uma contradição central na questão social moderna, onde liberdade e exploração andam de mãos dadas, gerando e precisando da desigualdade para se reproduzir. No plano público (jurídico-institucional), as normas legitimam e garantem a manutenção desse sistema. A matriz do Estado moderno, que emerge desse contexto, é intrinsecamente contraditória, relacionada com o regime de acumulação e com a reprodução social do capital. Sua atuação social é limitada pelos próprios embates de interesses antagônicos e incompatíveis entre as perspectivas liberal e crítica; bem como pelas diferentes concepções de economia política⁴ e seus efeitos no funcionamento do mercado. Em suma, a luta de classes se espalha nas áreas sociais, políticas e econômicas, impactando nas escolhas e prestações estatais.

A partir da observação das desigualdades no século XIX na Europa, especialmente na Inglaterra, Tocqueville (2003) discutiu as repercussões da transição de uma caridade privada, muito associada com a religião, para a caridade pública (que, mais adiante na história, se consubstanciou no Estado de Bem-Estar Social). Receoso dos efeitos possivelmente aprofundadores de conflitos de classes – embora não usasse tal expressão – das políticas estatais de assistência social, o autor previu o rancor das elites em relação aos benefícios previdenciários e políticas sociais voltados para os mais vulnerabilizados. Sentindo-se forçados pelo Estado a abrir mão de parte de suas riquezas para contribuir para repasses aos mais pobres, os ricos o fariam com raiva e ressentimento, sentindo-se furtados. A caridade pública, custeada precipuamente por tributos, não partiria, como a privada, da vontade

⁴ Como por exemplo a corrente neoinstitucionalista e a Teoria Crítica neomarxista.

espontânea de cada pessoa de compartilhar seus bens com alguém mais carente. Isso geraria nas elites uma sensação de redistribuição ilegítima da riqueza, segundo Tocqueville (2003).

Para ele, os pobres seriam pública e socialmente identificados e definidos por dependerem do auxílio dos outros e/ou do Estado. Por outro lado, segundo Ivo (2008d, p. 65), essa dependência consagra o seu pertencimento à sociedade, já que mostra o reconhecimento ao seu direito de serem ajudados, ao mesmo tempo em que ratifica sua inferioridade por uma integração estigmatizante, em um lugar onde se concentram todos os vícios e perversões. (TOCQUEVILLE, 2003) O paradoxo ora descrito encaixa-se bem em um sistema capitalista intrinsecamente contraditório.⁵

A própria noção de governança envolve a relação contraditória entre público e privado e as organizações e arranjos entre as instituições e a sociedade civil. Há uma seletividade estrutural⁶ do sistema de proteção estatal (seguridade social) que se forma nesse contexto, graças aos embates entre os atores que participam dos processos decisórios e à desigualdade de suas condições de influir nas decisões públicas.

Tocqueville já anunciava, observando os primeiros reflexos da industrialização na Europa, que “Os países que parecem ser os mais pobres são aqueles que, na realidade, têm menos indigentes, enquanto que, entre os povos mais admirados por sua opulência, parte da população é obrigada a contar com doações de outros para poder viver.” (TOCQUEVILLE, 2003, p. 75-76) Nessa mesma linha:

O pauperismo, a economia política e a descoberta da sociedade estavam intimamente interligados. O pauperismo fixou a atenção no fato incompreensível de que a pobreza parecia acompanhar a abundância. Este, porém, foi apenas o primeiro dos surpreendentes paradoxos com os quais a sociedade industrial confrontou o homem moderno.⁷ (POLANYI, 1957, p. 89)

Enquanto crescia a acumulação dos capitalistas, também empobrecia a classe trabalhadora. Afinal, “até nos cenários mais sofisticados, qualquer política econômica ‘para todos’ deriva em modelos soma-zero”. (VASCONCELOS, 2009, p. 46) Quer dizer que para os ganhos de alguns aumentarem vertiginosamente, alguém tem que estar perdendo em igual proporção. Mesmo considerando-se o aumento de produção a nível global e a injeção de capital (ainda que fictício) na economia, a concentração dessas riquezas vem aumentando,

⁵ Como consagrou George Orwell (2007): “Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros.”

⁶ A seletividade estrutural se dá no âmbito dos agentes, e não de entes pressupostos e automáticos.

⁷ Tradução livre da autora para o original: “Pauperism, political economy, and the discovery of society were closely interwoven. Pauperism fixed attention on the incomprehensible fact that poverty seemed to go with plenty. Yet this was only the first of the baffling paradoxes with which industrial society was to confront modern man.”

conforme dados já apontados. Como a classe trabalhadora é explorada através da mais-valia e existe um imenso exército industrial de reserva, os salários tendem a ser rebaixados até o limite da subsistência. “O trabalho dos pobres é a mina dos ricos”. (BELLERS, 1646 *apud* MARX, 2013, p. 838)

Para Marx (2013), a democracia aclamada por Tocqueville não passava de uma idealização, já que a ideia central utilitarista do capitalismo (lucro), com uma centralidade da economia na vida humana, não abre espaço para a real inserção e participação popular nas decisões do Estado e da sociedade. Diante do fetichismo da mercadoria e das contradições do capital, não há que se falar em democracia, igualdade ou liberdade quando as condições das partes que assinam contratos de trabalho são profundamente desequilibradas. Com o internalizar de ideologias burguesas de meritocracia, liberdade, igualdade, etc, o trabalhador acredita que está em uma relação de equidade, mas não está. Sua exploração é evidente.

Conquanto Marx (2013) e Tocqueville (2003) se complementem⁸ em uma construção de análises sobre o papel exercido pelos pobres no capitalismo a partir do século XIX, a discussão é enriquecida por Simmel (1998). Com inspiração mais kantiana, em contraposição à inspiração hegeliana de Marx, Simmel discute a posição dos pobres a partir do viés intersubjetivo, ou seja, a depender da relação com outras pessoas. Ser pobre, portanto, não é um conceito absoluto, mas relativo. A pobreza é relativa, porque será visível somente quando o pobre for assistido pelo grupo ou pela comunidade. A assistência do coletivo seria um critério melhor de marcação da pobreza, segundo Simmel (1998), do que a falta de moeda específica.

Nesse sentido, complementando a percepção de Marx (2013) sobre a utilidade fundamental dos pobres para o sistema, o caráter relativo e interrelacional da pobreza aponta para a necessidade de um olhar mais interdisciplinar e complexo⁹ sobre esse fenômeno. Isso é corroborado pela constatação de que “existe uma diferença entre as condições objetivas da pobreza e as representações subjetivas que os indivíduos fazem de sua própria condição.” (IVO, 2008d, p. 61)

⁸ Vale fazer a ressalva de que há discordâncias profundas e fundamentais entre esses autores, porém. Por exemplo, Tocqueville (2003), em seu momento histórico e contexto, parecia crer no que hoje chamamos de “mito do progresso”, ou seja, na ideia de que a humanidade estaria evoluindo de maneira linear e que os avanços trariam novas necessidades, mas também fletariam com novas soluções para os problemas sociais, econômicos, etc. Marx (2013) fazia uma leitura materialista dialética da história, alertando que o avançar da humanidade dentro do capitalismo traria cada vez mais barbárie (desigualdades, miséria, alienação), e não benesses ou soluções para a coletividade. Dentro desse espectro, alertamos nossa preferência por Benjamin e suas 18 teses sobre a história (LÖWY, 2005), embora não seja essa a discussão objeto deste trabalho.

⁹ Vide obras de Morin (1995), Casanova (2006) e Vasconcelos (2009) aprofundando o tema.

3 A INVERSÃO DO SUJEITO E DO PREDICADO

As camadas mais empobrecidas da sociedade têm ao mesmo tempo um potencial revolucionário e uma tentação reacionária. (MARX; ENGELS, 2001) Dispostos como objetos, como engrenagens a manter a máquina capitalista de acumulação girando, os proletários, os mais vulnerabilizados, os marginais aos centros “civilizados”, poderiam protagonizar a revolução para transformar totalmente as condições de vida e trabalho. Porém, esmagadas pelo sistema, pela urgência diária de comer e beber, pelo desespero por um teto e roupas que protejam seus corpos do clima, dessas pessoas se pode exigir consciência de classe e vetor revolucionário? É mais provável que, na luta diária pela sobrevivência, almejem ser como a classe rica. Assistem seus comerciais e querem parecer fisicamente com eles (brancos, loiros, magros, bem vestidos), ter seus objetos reluzentes (mal percebendo que são eles mesmos, os pobres trabalhadores, que os produzem, mesmo não podendo adquiri-los para si) e seu “meritocrático” sucesso¹⁰. Pior que isso, mas não de forma surpreendente:

Quando a pobreza é combatida e julgada intolerável pela coletividade no seu conjunto, seu estatuto social é desvalorizado e estigmatizante. Os pobres, por conseguinte, são mais ou menos levados a viver sua situação no isolamento. Eles buscam dissimular a inferioridade de seu estatuto no seu ambiente e mantêm relações distantes com os que estão próximos de sua condição. A humilhação os impede de desenvolver o sentimento de pertencimento a uma classe social. (SIMMEL, 1998, p. 18)

Ou seja, além de serem integrados à sociedade através de sua reificação enquanto produtores/consumidores, a classe mais pobre é rotulada como fracassada. Muito embora sua existência à margem e ansiosos por entrar seja funcional (e mesmo central) para o sistema, a eles não parece ser dada a condição plena de cidadãos em direitos. Os deveres têm todos: obedecer a lei, não cometer crimes, pagar tributos, etc. Os direitos, nem sempre – já que muitos dependem de poderes dos quais eles não gozam (poder político, financeiro, social, etc.)¹¹. Portanto seu pertencimento à sociedade é, no mínimo, ambíguo.

Ivo (2008d, p. 81-82) resume os três diferentes paradigmas de que partem Tocqueville, Marx e Simmel de forma concisa e precisa. O primeiro autor parte de um paradigma de igualdade, no sentido do reconhecimento dos cidadãos na esfera dos direitos políticos, de uma democracia liberal. A assistência, então, seria responsabilidade da caridade privada e o Estado só deveria intervir em situações urgentes, para garantir o mínimo existencial. Já Marx parte de

¹⁰ À luz do conceito de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (2000), como falar em meritocracia sem igualdade de oportunidades?

¹¹ Exemplo de um direito fundamental de que nem sempre gozam os mais pobres é o direito à saúde. Embora no Brasil, especificamente, exista o Sistema Único de Saúde (SUS), de caráter universal e gratuito, na prática sua efetividade é limitada por contingências financeiras e estruturais. Já que os planos privados de saúde custam caro, aos pobres só resta o SUS e ele nem sempre é capaz de atender a todos tempestiva ou satisfatoriamente.

um paradigma da exploração, explicando a pobreza como resultado das formas de acumulação e dominação do capital sobre o trabalho assalariado. Fez o diagnóstico da luta de classes e da necessidade de uma revolução para emancipar a classe operária e toda a sociedade. Por fim, Simmel (1998) parte do paradigma da dádiva, não vendo os pobres como inúteis ou excessivos indesejáveis, mas como cidadãos portadores dos direitos mínimos que uma república deveria garantir.

A esses três paradigmas, que podem ser vistos de forma complementar e dialética, propomos acrescentar o paradigma da crise, mediante o olhar da Teoria Crítica nascida na Escola de Frankfurt, especificamente do grupo “EXIT!”. Sob seu olhar, a pobreza não só é resultado do capitalismo e extremamente útil para sua manutenção, como tende, paradoxalmente, a se aprofundar cada vez mais e a ameaçar a sobrevivência do sistema em si. Como ao mesmo tempo sua engrenagem, consequência e ameaça de morte, a pobreza está no vórtex da crise do capitalismo hodierno.

[...] de tempos a tempos o capital entra numa fase da chamada sobreacumulação. Muito do capital acumulado não consegue continuar a valorizar-se suficientemente, porque a mais-valia produzida já não pode ser transformada na sua forma dinheiro, ou “realizada”, por falta de poder de compra da sociedade. Os investimentos em máquinas e força de trabalho foram elevados demais para a capacidade do mercado, surgem excedentes de capacidade de produção, por toda a parte há mercadorias invendáveis, o capital dinheiro foge para os mercados financeiros e formam-se aí bolhas. O capital excedente, em todos os seus componentes (capital real, força de trabalho, capital mercadoria, capital dinheiro), tem agora de ser desvalorizado pela crise. Depois tudo pode recomeçar do princípio. Esta versão é a mais saborosa para a perniciosa ideologia pós-moderna. Pois a crise surge aqui como um evento a-histórico, no eterno retorno do mesmo. Assim, um ajustamento de vez em quando faz tão bem ao capitalismo como uma cura pelo suor. (KURZ, 2012, p. 02)

Polanyi (1957) aponta o paradoxo na relação entre economia e sociedade, na medida em que a utopia do mercado autorregulado desencadeia, em si mesma, a necessidade de mecanismos de autoproteção da sociedade contra os riscos embutidos no próprio funcionamento do livre mercado. Essa intenção adaptativa da sociedade mediante o funcionamento naturalizado como inescapável da economia reveste a questão social de dimensões também políticas e econômicas. Dentro desse cenário, é o mercado que assume a posição de protagonista, de sujeito. As pessoas tornam-se predicados, em uma dinâmica em que, além de servirem como meio de manutenção do sistema, ficam subjugadas a ele como se não houvesse alternativa e tivessem que se adaptar de qualquer maneira a ele, para sobreviver.

Em tal contexto, a obrigação do Estado de promover a proteção social (traduzida no Regime do Bem-Estar social) já nasce em crise, pois “[...] ela é a expressão da tensão entre

projetos e forças políticas e sociais diversas [...]” (IVO, 2008b, p. 91). A luta de classes é evidente quando se observa a contraposição neoliberal aos direitos sociais previstos pelos sistemas de seguridade social.

Com grande avanço na América Latina nos anos 1980/90, com a propaganda de que uma política econômica de austeridade fiscal, dilapidação de direitos sociais e privatizações de serviços essenciais outrora providos pelo Estado, o neoliberalismo se vendia como solução universal às crises do capitalismo na época, mas até hoje não foi capaz de cumprir suas promessas – pelo contrário, aprofundou ainda mais as desigualdades e as tensões sociopolíticas. (CASANOVA, 2006). Punha a culpa nas supostamente excessivas, paternalistas, assistencialistas medidas do Regime do Bem-Estar Social, alegando que suas políticas protetivas gerariam uma classe de preguiçosos e vagabundos. Ora, tal tipo de argumentação fora vislumbrada por Tocqueville (2003) ainda no século XIX sobre os “perigos” das políticas de proteção social.

Olhar para a pobreza sob um viés moralista/moralizante não é novidade. Já era comum no século XIX dividir os pobres entre os meritórios ou não, os bons e os maus. O ressentimento de a caridade sair das vias privadas e passar para o formato de assistência estatal deriva, em boa parte, da sensação de que se estaria ajudando indiscriminadamente as duas categorias – o que seria injusto, um mau uso do erário. A novidade do final do século XX é que os pobres não meritórios são predominantemente negros, de zonas rurais, estigmatizados sob alcunhas diversas, como passivos, irresponsáveis, vagabundos, instáveis, dependentes. O corte da pobreza deixa de ser meramente econômico e passa a ser espacial, étnico, de gênero, das minorias, enfim. Todas elas levando o estigma do insucesso pessoal, como se individualmente culpadas pela sua exclusão, e não como se ela fosse resultado de uma macroestrutura complexa. (IVO, 2008a, p. 104-105)

Essa noção tipicamente norte-americana de *underclass* não expressa uma situação de classe homogênea, nem tem fundamento teórico. (WILSON, 1987 *apud* IVO, 2008a, p. 105-106) Corroborava uma visão discriminatória e contribuiu para o aprofundamento do racismo na medida em que adota a ideologia de culpabilização da vítima. Porém, é uma visão ainda muito reproduzida, de cunho liberal/neoliberal.

Assim, a lógica liberal volta a ser propagada com os mesmos argumentos higienistas do século XIX. A inspiração naquele período, retomada hoje, inspira um “combate” à pobreza sem enfrentar a desigualdade socioeconômica intrínseca ao sistema. Agora, na segunda década do século XXI, assistimos à retirada cada vez maior de direitos sociais, ao desmonte

da seguridade social e à precarização intensa das condições de vida e trabalho¹². Entretanto, o paradoxo de tudo isso é que o Estado ainda precisa ser responsável pela garantia da sobrevivência dos trabalhadores, a fim de fornecer suficiente mão-de-obra e consumidores para o mercado. Assim, o grande sujeito, o capital, continua a se reproduzir. Isso tem que ficar claro, já que a proteção social, em última instância, visa não à garantia da dignidade, integridade, direitos humanos do ser humano, mas a existência do ser que labora e consome (o predicado do sistema, portanto). Prova da reificação do ser humano em função do capital é que o próprio método de cálculo da linha da pobreza refere-se ao custo mínimo de consumo que assegure a sobrevivência do trabalhador e de seus familiares (IVO, 2008b, p. 93-94). Nesse sentido, talvez seja possível reler a relatividade da pobreza, apontada por Tocqueville (2003) e por Simmel (1998), como sendo não somente em um comparativo com as condições de vida dos demais membros daquela comunidade, mas também em relação ao mercado, aos custos da reprodução social e ao nível de fetichização naquela sociedade.

Contrapondo-se a concepções mercadológicas do que seja a pobreza e a dignidade humana, Sen (2000) define a pobreza como a falta de oportunidades de exercício da liberdade, de desenvolvimento das capacidades e planos de vida. Essas novas concepções inspiraram a elaboração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1997 em diante, bem como a ideia de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). (IVO, 2008a, p. 97) Considerando uma diferença fundamental entre crescimento econômico (expansão e reprodução do capital) e desenvolvimento real – como exposto por Aristóteles e retomado mais atualmente por Sen (2000), o PNUD definiu:

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD, 2010)¹³

¹² Vide, por exemplo, a Reforma Trabalhista promulgada pelo governo brasileiro, mesmo tendo sido condenada pela OIT por implicar retrocesso de direitos humanos; e a Previdenciária (ainda em trâmite).

¹³ Disponível http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH. Acesso em 08 mai. 2018.

Apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação, nem a linha da pobreza é suficiente para medir o limite da indignidade a que se deve “poder” submeter um ser humano. Embora não se diminua a relevância das críticas já antigas ao conceito de pobreza absoluta como mera quantificação de moeda na posse de um indivíduo ou família, é preciso ir além dos índices correntes. É preciso observar patamares mínimos de direitos humanos e de dignidade do trabalhador enquanto sujeito, e não como mero predicado de uma macroestrutura sufocante e excludente.

Prova de que as medidas mais focadas em quantificadores de moeda como definidoras de linha de pobreza são insuficientes para sequer descrever bem a complexidade da questão é que o Banco Mundial (2016) comemora que o primeiro Objetivo do Milênio (de reduzir a pobreza mundial pela metade) foi atingido cinco anos antes do prazo. O objetivo fora traçado em 1990 e atingido em 2010. Estimativas mais recentes da mesma entidade apontam que em 2012 12,7% da população mundial vivia com U\$1,90 ou menos por dia. Para a entidade, isso significaria uma melhoria, pois em 1990 eram 37% vivendo assim, e em 1981 eram 44%.¹⁴ Mas será que há realmente motivos para comemorar? Houve avanços no desenvolvimento real ou apenas flutuações em valor de moeda, em crescimento econômico em cada país, em distribuição de capital, em emissão de capital fictício e sua circulação na economia globalizada, etc?

O próprio Banco Mundial (2016) informa que o “progresso” tem sido mais lento em outras faixas de pobreza. Em 2012, ainda cerca de 2.1 bilhões de pessoas no “mundo em desenvolvimento”¹⁵ viviam com U\$ 3,10 ou menos por dia – cerca de 35% da população mundial. Em 1990, nada menos do que 66% da população global vivia nessas condições. Ainda que tenha havido melhora percentual, não se pode afirmar qualitativamente a melhoria, dado o critério monetário adotado. Além disso, ainda que se considere que com esse critério fosse possível afirmar que existiu uma melhoria, continuaria sendo absurdo e ultrajante que 35% de todos os seres humanos no planeta vivessem em tal situação. Ademais, o Banco Mundial (2016) dá conta de que embora a pobreza, com esse critério, tenha declinado em todo o mundo, o fez de forma irregular em cada região. Por exemplo, na China e na Ásia Oriental, a queda foi maior, principalmente com a entrada de muitos países da região no eixo central do capitalismo, tornando-se mercados extremamente competitivos. Esquece-se de comentar que

¹⁴ Dados disponíveis em <http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>. Acesso em 06 jun. 2018.

¹⁵ Expressão usada pelo Banco Mundial (2016), com a qual não concordamos por reproduzir a ideia de mito do progresso, segundo a qual os países da Europa ocidental, judaico-cristã, representariam o ponto mais elevado do desenvolvimento da humanidade, a ser seguido e perseguido universalmente. Não corroboramos essa visão eurocentrista de superioridade moral, cultural ou de qualquer natureza.

na China, responsável pelo maior declínio quantitativo da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2016), as leis de proteção ao trabalhador são praticamente inexistentes e diariamente se vê denúncias de condições análogas à de escravidão em fábricas de lá¹⁶.

Enquanto isso, no sul da Ásia e na África subsaariana, em 2012, viviam cerca de 77,8% dos extremamente pobres (BANCO MUNDIAL, 2016). Desnecessário lembrar que essas são zonas de mais recente descolonização, marcadas por violentos conflitos étnicos, religiosos, culturais e serem, sobretudo, zonas de alto interesse para as potências imperiais de hoje devido a serem pontos geograficamente estratégicos, possuírem petróleo e água, além de regimes autoritários que lhe permitem perpetuar sua economia de guerra. (MEMMI, 2007; SARDAR; NANDY; DAVIES, 1996)

Segundo Casanova (2006, p. 101), a ocultação dessas contradições sistêmicas chegou a um alto nível com a crise do Estado de Bem-Estar Social, do Estado desenvolvimentista e com a globalização neoliberal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os dados da OXFAM (2015 a 2018) e do Banco Mundial (2016), fica clara a extrema concentração da riqueza mundial. Em cotejo com a literatura já comentada, vislumbra-se a complexidade do fenômeno da pobreza, ainda mais no atual período de capitalismo globalizado. Temos grandes riquezas e imensas misérias. As fortunas se concentram nas mãos de pouquíssimos, enquanto a pobreza extrema se esparrama e escorre por todas as frestas, vielas, chãos sujos de fábricas, esgotos a céu aberto; pelas favelas com TV por assinatura, mas sem alimentação adequada; pelas prestações a perder de vista através das quais um pobre compra uma moto para trabalhar de *motoboy* e repassar a maior parte do ganho para um patrão que terceirizou seus serviços ou lhe contratou como se fosse uma pessoa jurídica, negando seus direitos trabalhistas. A miséria invade os centros urbanos e aparece na televisão, chega perto do luxo e da ostentação, ressentido-se do que sabe inalcançável e dorme encostada no muro, debaixo da câmera de vigilância do condomínio dos ricos.

Mas a miséria é útil. Ela aceita trabalhar por centavos por hora. Aceita dormir no trabalho e ser maltratada. A miséria tem cor. A miséria tem gênero. Os complicados índices

¹⁶ Apenas alguns exemplos estão disponíveis em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2015/10/22/ong-denuncia-condicoes-de-trabalho-despreziveis-em-fabrica-da-apple-na-china.htm>; https://www.theepochtimes.com/working-conditions-still-poor-for-chinas-factory-workers-says-watchdog-organization_2369727.html; e no documentário “Made in China: factory of the world” (2015) <https://www.youtube.com/watch?v=WISHo61nRWw>, todos acessados em 08 jan. 2018.

das organizações internacionais não são complexos (CASANOVA, 2006; MORIN, 1995) para alcançar o que grita na realidade. Mas os gritos não são ouvidos porque o capital financeiro, o grande sujeito, não tem orelhas. Então os humanos miseráveis, essas úteis, mas frágeis engrenagens, sobrevivem como podem, reduzidas a máquinas pelo frenesi cotidiano da luta pela subsistência. Para eles, não restam condições de reformular ideologias, combater intelectual e conscientemente a opressão de sua classe. Na esfera material do desespero e da fome, da privação de tudo, não há espaço para isso. (MARX; ENGELS, 2001)

Que se diga claramente: nessa esfera, não há espaço para o humano do ser. Há um ser, um ser que come, bebe, dorme, ama, odeia. Esse ser precisa ser inserido no mercado como produtor e consumidor. Mas o sistema não está particularmente interessado nas condições de (in) dignidade em que coma, beba, durma, ame, odeie. Não está interessado no humano, portanto.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: **Notas de literatura I**. São Paulo: Editora 34, 2003.

ARENDT, H. **Between Past and Future: six exercises in political thought**. New York: The Viking Press, 1961.

BANCO MUNDIAL. **Poverty Overview**. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>. Acesso em: 8 mai. 2016.

CASANOVA, P. G. **As novas ciências e as humanidades, da academia à política**. São Paulo: Boitempo, 2006.

IVO, A. B. L. **Viver por um fio. Pobreza e políticas sociais**. Salvador: CRH, 2008a.

IVO, A. B. L. Assistência à pobreza e democracia: a caridade privada e a caridade pública em Alexis de Tocqueville. **Caderno de Resenhas SBS**, v. junho, n. 4, p. 04–09, 2008b.

IVO, A. B. L. **Viver por um fio: pobreza e política social**. Salvador: CRH/UFBA, 2008c.

IVO, A. B. L. A invenção do “social” e a normatividade das Ciências Sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 02, n. 03, p. 69–101, 2012.

IVO, A. B. L. Questão social como questão pública. In: IVO, A. B. L. (Ed.). **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas**. Salvador: Anna Blume, 2015. p. 393–400.

KURZ, R. O clímax do capitalismo. **Konkret**, p. 1–5, jan. 2012.

- LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MEMMI, A. **Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Coimbra: Instituto Piaget, 1995.
- ORWELL, G. **A revolução dos bichos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- OXFAM. **Richest 1% will own more than all the rest by 2016**. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2015-01-19/richest-1-will-own-more-all-rest-2016>. Acesso em: 27 out. 2015.
- OXFAM. An Economy for the 99%. **OXFAM Briefing Papers**, v. 210, n. January 2017, p. 1–44, 2017.
- PEREIRA, P. Estado Social. In: IVO, A. B. L. (Ed.). **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas**. Salvador: Anna Blume, 2015. p. 227–232.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. São Paulo: Intrínseca, 2014.
- POLANYI, K. **The great transformation**. Boston: Beacon Press, 1957.
- ROSANVALLON, P. **The new social question: rethinking the Welfare State**. New Jersey: Princeton University Press, 2000.
- SARDAR, Z.; NANDY, A.; DAVIES, M. W. **Bárbaros são os outros: manifesto sobre o racismo ocidental**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1996.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SIMMEL, G. **Les pauvres**. Paris: P.U.F. Quadrige, 1998.
- TOCQUEVILLE, A. DE. **Ensaio sobre a pobreza**. Rio de Janeiro: Univercidade, 2003.
- VASCONCELOS, E. . **Complexidade e Pesquisa – Interdisciplinar – Epistemologia e Metodologia Comparativa**. Petrópolis: Vozes, 2009.